



Handwritten signatures and initials in blue ink.

## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE  
FEVEREIRO DE 2016

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

### I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### 1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

### I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015;

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.3- ANTE PROJETO DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4- RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇA E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO = CONHECIMENTO;

2.5- QUARTO RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL (ALÍNEA A ) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO = ACOMPANHAMENTO;

2.6- FAM- FUNDO DE APOIO MUNICIPAL = PAM/ADENDA AO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL E ADENDA AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.7- PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº165/2014, DE 05 DE SETEMBRO, REQUERENTE: PRIMOS SANTOS, S.A. = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

### III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados: António José Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques e Urbana Maria Coimbra Sousa. Com a presença de vinte e cinco deputados, catorze deputados do Partido Socialista (PS); dez deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP).

Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Jorge Miguel Silva Amaral e Luís Miguel Ferreira Marques cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

### I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### 1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

O 2º Secretário da Mesa, a Sra. Deputada Maria José Tavares, fez a leitura do expediente endereçado a esta Assembleia Municipal: O primeiro assunto visado era referente à Associação de Autarcas Independentes que vinha assim dar a conhecer a sua associação e os seus objetivos; o segundo assunto dizia respeito a uma carta



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dirigida ao sr. Presidente da Assembleia Municipal e deputados, enviada pelo Senhor Ramiro, mulher e filhos, dono de um estabelecimento, na Senhora da Ribeira, em que responsabilizava o Sr. Presidente da Câmara e antigos vereadores por terem permitido a instalação de dois negócios à sua frente e, por isso, ia ser obrigado a fechar o estabelecimento por concorrência desleal e de má fé.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados. Neste período tomou a palavra o Sr. deputado Manuel Luís Leitão Morais para colocar questões relativas ao Dia da Árvore e das preocupações que os munícipes devem ter com a floresta e cuja intervenção constitui o anexo nº 1 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Depois tomou a palavra o Sr. deputado Marco Varela que na sua intervenção se referiu ao corredor Via dos Duques, como sendo uma proposta de melhoria para a ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra Itinerário (IP3), e também acerca do serviço de radioterapia para Viseu, sobre estes assuntos colocou várias questões ao Sr. Presidente da Câmara e cuja intervenção constitui o anexo nº 2 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Interveio em seguida o Sr. deputado Luís Pereira para questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do processo do cálculo das rendas de habitação social e do plano de intervenção no Bairro do Fomento relativo à cobertura de placas de fibrocimento e cuja intervenção constitui o anexo nº 3 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Em relação ao expediente disse que também recebeu a carta do Sr. Ramiro e não tinha muito a dizer. Lamentou que houvesse equipamentos na Senhora da Ribeira que não estivessem a ser dinamizados convenientemente e que dessem um melhor apoio à zona balnear. Que a pessoa em causa, talvez por falta de empreendedorismo e visão estratégica, não rentabilizasse o que investiu e levasse ao aparecimento de outros projetos e estabelecimentos ao lado referindo que estes não colocavam em causa o seu negócio. Referiu que a grande animosidade registada na carta era devida ao período em que foi vereador e tinha o pelouro das obras particulares e ter feito um despacho contra um projeto de ampliação do estabelecimento por descaracterizar o edifício pondo em causa a sua rentabilidade e aquilo a que tinha sido destinado, como veio a acontecer. A pessoa em causa tem estado envolvida noutras negócios que apresentam o mesmo desfecho. Também lamentou que a situação chegasse a este ponto.

Relativamente à intervenção do Sr. deputado Luís Leitão, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Município tem tido a preocupação com a proteção da área florestal, dando como exemplo o evento do Fórum Florestal, que decorreu no concelho e foi muito positivo e na sua sequência o início de um processo que o Município pretende levar a cabo com a florestação de terrenos que possui no sentido de os rentabilizar, pensando ser uma grande oportunidade para o Município e privados, iniciando assim um trabalho que não foi feito nos últimos anos relativo gestão dos espaços florestais. Relativamente ao parque florestal/urbano disse que fez parte do plano de ação da sua candidatura nomeadamente na construção de um parque da cidade, projeto este que já existiu em 2004, um plano de intenções que nunca chegou a ser concretizado, disse que a existirem condições, dentro do Quadro Comunitário, tudo será feito para o levar a cabo. Também aproveitou para dizer que no próximo Quadro Comunitário serão feitas candidaturas no âmbito de obras de recuperação urbana na zona central de Santa Comba Dão e que o plano já está feito. No que diz respeito às questões levantadas sobre a Proteção Civil esse tipo de articulação está previsto no Plano Operacional Municipal e Plano de Emergência que integram o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, estando lá expresso os tipos de contactos e articulações que devem ser feitas e que o Município tem ainda, no seu site, um sistema de alerta que tem tido uma grande adesão por parte dos munícipes, sendo usado para reportar situações de emergência ou que merecem resposta imediata estando a funcionar com normalidade e regularidade. No que se refere à inundaçãõ da parada dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão disse que devido a tal intensidade da chuva a água galgou em minutos o leito da ribeira. Referiu que a notícia que apareceu na comunicação social empolou o que na realidade aconteceu. Disse que nessa altura foi ao local da inundaçãõ e



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

que de imediato foi decidido colocar barreiras o que impediu a água de continuar a chegar aos hangares e parada. Informou ainda estarem a decorrer obras para que os hangares possam operar a partir de março contribuindo assim o Município para que mais uma unidade se instale e traga mais dinamismo para o concelho. Em relação à perda de uma base logística, assunto já debatido nesta assembleia, disse ter existido muita inação no passado que levou à sua saída. Relativamente ao projeto de requalificação das atuais instalações dos Bombeiros Voluntários informou já terem sido abertas as propostas tendo ficado em primeiro lugar uma empresa do concelho aguardando, neste momento, que aja um processo de abertura a fundos comunitários. Na resposta dada ao Sr. deputado Marco Varela deu nota de uma reunião presenciada em Castelo Branco onde se falou sobre a requalificação da linha da Beira Alta versus nova linha Aveiro/ Viseu/Vilar Formoso ficando claro que a prioridade vai para a linha da Beira Alta, existindo dinheiro comunitário para isso, cerca de novecentos milhões de euros, e que o projeto da linha Aveiro/Viseu/Vilar Formoso ficaria à volta dos dois mil milhões de euros daí estar fora de questão. Relativamente à Via dos Duques disse que quando foi apresentado havia um manifesto de um projeto de intenção, sem nenhum estudo, o que iria ser feito a seguir era a abertura de um concurso para o estudo da sua viabilidade e que, na referida reunião em Castelo Branco em que esteve presente, seria apresentado um estudo de impacto ambiental até 2017. Referiu que a situação preocupa os municípios servidos pelo atual IP3 e que a nível da CIM existe um pedido de reunião com o Sr. Ministro do Planeamento para clarificar a situação. Acrescentou ainda que dará nota da situação assim que houver uma resposta. No referente ao serviço de radioterapia a ideia com que ficou, pela informação que lhe foi transmitida, era que Viseu iria ter um serviço de radioterapia, e o que foi dito pelo Sr. deputado Marco Varela deixou-o confuso e que iria averiguar o que se passava.

Passando às questões colocadas pelo Sr. deputado Luís Pereira acerca do cálculo das rendas da habitação social, disse que a notícia relatada no jornal do Centro não transmite corretamente a realidade. Em dezembro de 2014 saiu nova legislação sobre o cálculo das rendas apoiadas e a necessidade da sua implementação. Referiu que as rendas de habitação social não eram atualizadas desde 2006 e que, devido à obrigatoriedade de atualizar taxas, licenças e IMI's, tiveram também a obrigatoriedade de atualizar as rendas de habitação social de modo cumprir a lei. Mencionou ainda que as rendas de habitação social são calculadas a partir do rendimento do agregado familiar e que não podiam fazer nada em relação ao estipulado por lei. Expôs poderem existir dois ou três casos em que o aumento foi mais expressivo mas que este facto se devia ao rendimento do agregado familiar. Acrescentou ainda não permitir a lei um regulamento Municipal que ajustasse as rendas. No que dizia respeito ao plano de intervenção do Bairro de Fomento clarificou que a Câmara tem feito a expensas suas algumas intervenções de melhoria e requalificação tal como a pintura de uma parte dos prédios mais degradados. Quanto à cobertura dos edifícios disse que em 2004 estava previsto um financiamento aprovado para a sua requalificação e que o Executivo do PSD, que entretanto havia entrado em funções, decidiu não o levar por diante. Neste momento a Câmara já pediu uma reunião ao Instituto Nacional da Habitação para ver se existia alguma possibilidade de financiamento que permitisse a sua requalificação. Relatou por outro lado que neste bairro também existe um conjunto de habitações de propriedade privada não estando criado um condomínio para a sua gestão

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. deputado António José Correia para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. deputado disse que o Sr. Presidente da Câmara quase indiciou o anterior primeiro-ministro por ter vindo ao Chamadouro fazer mais uma inauguração virtual, não foi isso que se passou, os estudos de impacte ambiental levam o seu tempo e só se fazem quando há projetos para serem concretizados. Relativamente aos assuntos relacionados com o IP3 e serviços de radioterapia está com a Câmara Municipal pois estas são matérias relevantes para a região. Disse esperar que o Presidente da Câmara tivesse razão sobre o serviço de radioterapia ser instalado em Viseu mas que tinha a sensação que esse serviço iria para Castelo Branco e que aguardava informações por parte do Sr. Presidente da Câmara acerca das reuniões que iria ter sobre estas



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

matérias – IP3 e radioterapia. Propôs elaborar, se necessário, uma moção conjunta de denuncia destas duas situações caso não se concretizassem a favor da nossa região

Relativamente à habitação social disse que nas questões locais nem sempre está de acordo mas com esta está completamente de acordo, quando se pugna pela justiça social quem usufrui de habitação social deve ser aplicado os métodos previstos na lei relativamente aos rendimentos e acha que faz parte da justiça social e que nesta fase existem pessoas que deixaram de reunir condições para estar no bairro. Referiu existirem requisitos para aceder à habitação social mas estes não existem para quando da saída por desnecessidade.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder ao Sr. deputado António Correia dizendo que em relação à radioterapia não tinha mais nada a acrescentar. Já no que dizia respeito ao IP3 disse que aquilo que o Sr. primeiro-ministro fez em Mortágua foi apresentar uma ideia de projeto e que se lhe tivessem perguntado o mesmo também era capaz de dar a mesma resposta mas que não queria entrar em polémica.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

### I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2016;

Na apreciação da ata o Sr. deputado Marco Varela solicitou a palavra e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tinha tido oportunidade de ler a ata e se na sua opinião esta refletia o que foi dito na Assembleia.

O Sr. Presidente respondeu que tinha lido a ata e que pensava que esta resumia o que se havia passado.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia para dizer que a responsabilidade da ata era da mesa pelo que a questão lhe deveria ter sido colocada e não ao Sr. Presidente da Câmara.

Voltou a intervir o Sr. deputado Marco Varela para dizer que a mesma não resumia na íntegra o que havia sido debatido na última assembleia e que o sentido de voto seria o de que esta não o refletia.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que se a ata não esclarecia ou não refletia o debatido deveria ter sido feito chegar à mesa os assuntos em falta para que, caso a assembleia assim o entendesse em votação, fossem espelhados na ata.

Tomou de novo a palavra o Sr. deputado Marco Varela dizendo que já no passado tentaram que a questão das atas fosse resolvida e que a documentação fosse enviada mais cedo.

O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que a ata havia sido enviada dentro dos prazos que a lei determina e que esta, também como determina a lei, devia reproduzir o essencial nela passado.

O Sr. deputado referiu então em concreto que o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara ao Sr. deputado Fernando Cruz, e considerado gravoso, não estava refletido na ata.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal explicitou ao Sr. deputado Marco Varela que a intervenção técnica do Sr. deputado Fernando Cruz foi transcrita na íntegra e que o resto foi entendido pela mesa como acessório.

O Sr. deputado Marco Varela disse poder concordar se o critério fosse sempre o mesmo, mas que recordava que o assunto em causa era o Ajuste Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal voltou a pedir que no futuro se alguém pretendesse fazer alguma alteração à ata esta fosse levada à mesa para ser discutida e votada.

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2016, esta foi aprovada por maioria, com dezoito votos, sendo treze votos a favor do PS, quatro do PSD/PSD e um do CDS/PP e sete abstenções do PPD/PSD. Das abstenções duas são dos deputados António José Correia e de Maria Inês Simão por não terem estado presentes na última sessão da Assembleia Municipal.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

#### 2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Presidente da Câmara nos termos do nº1 do artº 16 do Regimento da Assembleia Municipal apresentou a informação sobre a atividade do Município e da situação financeira do mesmo compreendida entre o período de onze de dezembro de 2015 e vinte e dois de fevereiro de 2016.



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminada a intervenção, o sr. Presidente da AM abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Foi dada a palavra ao sr. deputado António José Correia para pedir um esclarecimento acerca do projeto dinamizado pela ADICES sobre as figuras do Estado Novo. Disse que leu o projeto com atenção e que tinha ficado com algumas dúvidas. Perguntou se havia ou não complementaridade com o projeto que o município queria desenvolver através da figura e da marca Salazar. Questionou também se o Sr. Presidente da Câmara considerava ou não que a figura de Salazar devia ser a figura charneira de entre todas as mencionadas no projeto e que perfil de complementaridade devia existir entre este projeto e o que pretendiam desenvolver através do município. Afirmou não podermos cair no erro de todos defenderem o inter municipalismo. Concordou que os projetos deviam ser abrangentes mas que não deveriam esquecer nunca o impacto que efetivamente cada um deles tem na sua região. Reafirmou que a figura de Salazar era de charneira considerando as outras importantes mas que não tinham a dimensão do que acabou de falar. Assim gostaria de saber qual a complementaridade que existia ou se só nos iríamos agarrar a este projeto.

Em seguida tomou a palavra o Sr. deputado Marco Varela para fazer as seguintes considerações: em primeiro lugar disse que o Sr. Presidente da Câmara referia na primeira página do documento que decidiu constituir uma equipa interna de trabalho para concretizar um projeto Santa Comba Dão + Inovação e Desenvolvimento e que sobre este assunto gostaria de ver clarificado no que consistia o referido projeto, em que vetores da sociedade pensava atuar e qual o impacto económico social pretendia atingir. Em segundo lugar referiu que na página quatro e cinco existia uma repetição de atividades no que se referia à Área Funcional Juventude e Desporto. Em terceiro lugar a sua intervenção tinha a ver com uma lacuna que lhe pareceu existir neste documento relativa aos problemas fitossanitários da azinheira da Feira Velha, levantada pelos vereadores do PSD em reuniões de Câmara. Quis saber qual o motivo de na página nove deste documento não existir qualquer referência à intervenção ICNF em articulação com esse mesmo gabinete. Se seria por ter sido da iniciativa do PSD ou se teria sido um erro.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Relativamente à intervenção do Sr. deputado António José Correia disse que o projeto da Rota das Figuras do Estado Novo, abrangendo vários concelhos, surgiu no âmbito de conversas de trabalho com alguns interlocutores entre os quais a ADICES. Referiu que hoje para que houvesse financiamento comunitário e aprovação de candidaturas era necessário que os projetos fossem economicamente sustentáveis. Dentro desta lógica aqueles que tinham mais possibilidade de obter sucesso em termos de financiamento eram aqueles que tivessem maior dimensão. Informou que nesta primeira fase, no que dizia respeito ao financiamento da cultura em termos de Quadro Comunitário, estavam postas de lado situações que não fossem consideradas como património nacional e que esta candidatura, que ainda não era para obra mas para investigação, tinha colhido o interesse do Turismo de Portugal e da CCDR. Disse que neste projeto era importante a figura de Salazar, dando-lhe dimensão internacional, mas que também era necessário criar sinergias complementares para rentabilizar o património humano e natural e que os municípios, em conjunto, iriam fazer essa gestão de empreendimento turístico de modo a tornar a região mais atrativa.

Relativamente à inter municipalidade, no que dizia respeito às redes de saneamento e requalificação das ETAR's, informou que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente disse que iriam ser valorizadas a gestão conjunta de redes, em que os municípios se associavam para haver uma maior valoração em termos de qualquer candidatura a fundos comunitários

Em relação à questão colocada pelo Sr. deputado Marco Varela, disse que a azinheira, que efetivamente era um sobreiro, poderia ter sido referenciada mas pensava que não era relevante. Disse que por parte do ICNF não tinha sido dada a resposta desejada para que o assunto tivesse melhor tratamento lamentando o acontecido.

Voltou a ser dada a palavra ao Sr. deputado António José Correia para um pedido de esclarecimento referindo que percebeu a explicação dada pelo do Sr. Presidente da Câmara nesta primeira fase, que era este



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o projeto feito à volta da figura de Salazar e que se houvesse segunda fase se passaria para o edificado. Perguntou no entanto se no caso de na segunda fase não se pudesse passar para o edificado qual seria o plano B.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que o plano B estava a ser trabalhado há muito tempo e que havia uma pessoa a trabalhar na concretização desse projeto e que estava a andar bem. Lamentou infelizmente que essa pessoa tinha morrido. Informou que este infeliz acontecimento tenha levado a que o projeto andasse um bocadinho para trás mas que, neste momento, continuavam a trabalhar no projeto e que quando estivesse devidamente estruturado seria aqui apresentado para discussão.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

### **2.3- ANTE PROJETO DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

O Presidente da Câmara fez uma explanação do assunto informando que este regulamento pretende dar resposta a alguns conflitos latentes que se vinham arrastando há algum tempo. Comunicou também que se está a trabalhar no projeto de ampliação.

O sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão e como nenhum deputado se inscreveu colocou o documento em apreço a votação. A Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade com vinte e cinco votos: treze votos do PS; onze votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

Findo este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

### **2.4- RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇA E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO = CONHECIMENTO;**

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que fez um breve resumo acerca do relatório em epígrafe que foi enviado para a Comissão Nacional e dado a conhecer à Assembleia Municipal.

Foram aberto as inscrições para debate e como nenhum deputado se inscreveu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

### **2.5- QUARTO RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL (ALÍNEA A ) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO = ACOMPANHAMENTO;**

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o referido relatório. Esclareceu que o PAEL e o plano que lhe está associado estavam desajustado da realidade no que dizia respeito à sua execução temporal havendo dificuldades em cumprir as previsões estimadas no plano de ajustamento financeiro associado ao PAEL. Informou que ainda faltava receber a terceira tranche que permitirá pagar um conjunto de dívidas que datavam até trinta e um de dezembro de dois mil e onze. Sobre a comparação de receitas disse haver um grande desvio constatando que as receitas foram estimadas em realidades que não foram concretizadas. Disse que por outro lado havia uma grande aproximação entre os valores estimados e as despesas e que tem havido uma gestão rigorosa por parte do Município.

Depois de abertas as inscrições para a discussão interveio o Sr. deputado Fernando Cruz pedindo um esclarecimento acerca do que correspondia um valor de mil noventa e dois euros.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que isso estava ultrapassado. Disse que sobre a questão das dívidas havia empresas que entretanto tinham falido, desaparecido ou estavam em insolvência e que já tinha sido dada autorização para se passar ao valor seguinte. Deu como exemplo a Palidão que já não existia e que este valor não ia ser pago. Neste ponto o Sr. Presidente da Câmara pediu autorização ao Sr. Presidente da Assembleia para que a Sr.ª Vereadora das Finanças explicasse o valor em causa. A Sr.ª Vereadora disse que este tinha a ver, até à data, com os fornecedores que ainda não tinham apresentado declaração de não dívida não podendo assim proceder ao pagamento. Informou que isto dizia respeito a três fornecedores e que dois já tinham apresentado a declaração de não dívida. O valor remanescente de 109 euros correspondia à empresa Figueirense. Esta ao ser contactada e como estava em insolvência informou que por aquele valor não valia a pena ser efetuado o pagamento. Mais informou que neste momento se encontrava tudo sanado tendo já sido apresentado à DGAL o devido relatório para que assim se possa receber a terceira tranche.



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

### **2.6- FAM- FUNDO DE APOIO MUNICIPAL = PAM/ADENDA AO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL E ADENDA AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para sucintamente apresentar um resumo da candidatura ao FAM e o contrato de assistência para o Programa de Ajustamento Municipal aprovado nesta Assembleia. Explicou os motivos da referida adenda aprovada por unanimidade em reunião de vereação e a necessidade de ser aprovado pela maioria dos membros efetivos da Assembleia Municipal

Aberto o ponto a discussão foi dada a palavra ao Sr. deputado Fernando Cruz para dizer que gostaria de reconhecer a importância da adenda feita ao FAM e ao ajustamento do montante de apoio acrescido de três milhões e oitocentos mil euros de despesas contingentes e que era sobre este quadro que gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente. Se por um lado este quadro contemplava toda a despesa contingente que o Município tinha considerado, por outro lado reconhecer uma rubrica que regularizava à Associação dos Bombeiros Voluntários o montante de cem mil euros, ficando, também com dúvidas, por ter lido a notícia no jornal do Centro, em que colocava a dívida aos Bombeiros no montante de duzentos e cinco mil euros e que existiam dois protocolos não cumpridos, um de 2009 e outro de 2002, que no fundo a Câmara não estaria a cumprir a responsabilidade com uma equipa de EIP, desde 2009 a 2015, e por outro lado a comparticipação aos motoristas que estariam afetos aos Bombeiros e que, entretanto, foram saindo.

Relativamente à questão dos Bombeiros, o Senhor Presidente da Câmara informou que o que foi noticiado no jornal do Centro não corresponder à verdade. Existia um protocolo aprovado em reunião de Câmara de mil novecentos e noventa e dois, em deliberação de reunião de Câmara o Município tinha cedido aos Bombeiros alguns motoristas em regime de contrato, os funcionários eram do município. Tendo acabado o contrato a prazo o acordado foi os Bombeiros contratarem e o Município fazia a transferência para pagar os ordenados, cerca de três mil euros mensais, até dois mil e nove isto foi mais ou menos cumprido e a partir daí não. A partir de trinta de dezembro de dois mil e quinze a dívida ultrapassava os duzentos mil euros, era uma dívida negociável, e nesse sentido consideraram como despesas contingentes um valor que seria o de negociação, cem mil euros. Outra questão tem a ver com as EIPS, a notícia diz que os dois mil euros seriam para pagar as EIPS, que isso não era verdade, o que o Município disse foi que em janeiro de dois mil e dezasseis transferia mensalmente para os Bombeiros Voluntários dois mil euros por conta do protocolo que vinha de trás, para pagar despesas no âmbito da proteção civil que eram competência da Câmara Municipal. Relativamente às EIPS eram cerca de dois mil e duzentos euros por mês para pagamento de cerca de 50% de despesas de cinco homens no âmbito de um contrato tripartido entre a Autoridade da Proteção Civil que paga a outra metade e que estavam ao serviço da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação e a Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade, com vinte e cinco votos: sendo treze do PS, um do CDS/PP e onze votos do PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

### **2.7- PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº165/2014, DE 05 DE SETEMBRO ( ALÍNEA A) Nº4 DO ARTIGO 5º ), REQUERENTE: PRIMOS SANTOS, S.A. = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.**

O Sr. Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia Municipal o assunto em epígrafe, tendo referido que a atividade de pecuária cumpre todos os requisitos no que dizia respeito ao ambiente e criava alguns postos de trabalho dando receita ao Município.

Depois de aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção passou-se a votação do documento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação e a Assembleia Municipal aprovou-o por unanimidade, com vinte e cinco votos: sendo treze do PS, um do CDS/PP e onze votos do PPD/PSD.



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

**III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público.

Neste ponto não houve intervenções por parte do público.

Finalmente, foi lida a ata em minuta que, após votação, foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

  
José A. Sousa Alves

**Sr. Presidente da Assembleia**  
**Sr. Presidente de Câmara**  
**Sr. Deputados**  
**Sr. (a) Vereadores**  
**Caríssimo público**  
**Comunicação Social**



No dia 9 de Março de 1913 aproximadamente a 103 anos comemorou se a primeira festa da árvore em Portugal, data e nome alterada a posterior para o dia 21 de Março com a designação de dia mundial da árvore.

Uma data que certamente marcou a infância e até a adolescência de muitos pela maneira que era comemorada a importância era tal que se faziam desfiles nas nossas avenidas com os alunos das nossas escolas, as associações do concelho eram chamadas a participar com vários eventos para promover e sensibilizar a importância da arborização e reflorestação, ações importantes para a renovação do importante ar que respiramos.

Após pesquisa é de referir vivemos num concelho em que 46,85% do nosso solo é ocupado por floresta em que a espécie predominante é o pinheiro bravo.

Fazendo uma análise ainda mais exaustiva posso ou podemos dizer que a data referida têm caído no esquecimento dos nossos jovens mas principalmente dos decisores políticos.

As nossas zonas urbanas nada refletem que somos um concelho “plantado” no meio de florestas e belíssimos espelhos de água, já não chegava o escuro das zonas alcatroadas necessidade para a mobilidade dos nossos munícipes como também temos um tom abundante de cinzento pela quantidade de granito espalhado pelas nossas ruas.

É necessário uma reflorestação “urbana” urge a necessidade da criação de um espaço verde para a prática de desporto, em que qualquer cidadão visitante ou munícipe aproveite e desfrute com uma caminhada ou corrida a serenidade que o nosso concelho oferece

Sr. Presidente gostava de saber a sua opinião sobre o que foi exposto e se existe algumas iniciativas eventos ou projetos para tornar Santa Comba Dão um concelho de referência para visita não só pelos nossos recursos hídricos mas também dos nossos espaços verdes.

Outro assunto têm a ver com proteção civil um assunto ou tema em voga no nosso dia a dia, inicialmente vou fazer uma breve descrição sobre o que é um aviso ou alerta emitidos muitas vezes na comunicação social e que me apercebo, existe um grande desconhecimento geral da população sobre o seu verdadeiro significado.

Um aviso é uma comunicação feita pelos órgãos responsáveis pela proteção civil municipal, distrital ou nacional, que serve para informar a população da previsão de um evento que poderá por em causa a segurança ou até alterar pontualmente os seus hábitos está informação é acompanhadas com medidas de auto proteção como por exemplo ter em casa um lanterna, limpar a sarjeta a porta de casa ter em casa outras fontes de energia de aquecimento ou até evitar passar em estradas onde exista perigo de queda de árvores.

Um alerta é uma comunicação feita a todas as forças operacionais de proteção civil temos o exemplo no concelho que são os bombeiros guarda nacional republicana e serviços municipais de proteção civil, em que cada organismo além da prontidão normal faz um reforço de meios humanos e materiais para suprimir qualquer situação ou evento.

Outra situação têm a ver com a falta de um contacto para avisar ou alertar os serviços municipais de proteção civil de eventos ou situações que possam surgir questiono se existe um protocolo de atuação com as duas intuições que têm um central de atendimento permanente neste caso os bombeiros e a guarda nacional republicana.

Por último se fosse possível gostaria de saber quais foram ou serão as iniciativas ou medidas deste executivo para suprimir de uma vez por todas a situação de inundação que aconteceu no acesso ao heliporto situado no quartel dos bombeiros voluntários.

Relembro que esta situação como é normal despontou alguns comentários na comunicação social que poderão por em causa a continuidades destes serviços no nosso concelho, a falta de condições já nos fez perder uma base de apoio logístico que dispositivo especial contra incêndios recebia centenas de bombeiros de todos os cantos do país o movimento da economia na altura era notório e o nome de Santa comba Dão era e é bem conhecido.

Não podemos fechar os olhos nem olhar para lado e dizer que a culpa foi do tempo ou do tão conhecido almanaque borda d'água, com os meios tecnológicos com a informação disponível ao serviço da proteção civil qualquer cidadão ou instituição pode aceder e tomar as medidas de prevenção necessárias para resolver e mitigar muitas situações desagradáveis.



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caros colegas deputados Municipais

Excelentíssimo Publico

Comunicação Social

### **PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

- **VIA DOS DUQUES, UMA PROPOSTA DE MELHORIA DO IP3**

A Infraestruturas de Portugal (IP) realizou, em 7 de agosto de 2015, em Mortágua, uma cerimónia de apresentação do corredor Via dos Duques, uma proposta para a ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra.

Numa cerimónia que foi presidida pelo Primeiro-Ministro à data, Pedro Passos Coelho, e que contou com a presença do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, António Ramalho, Presidente da Infraestruturas de Portugal, apresentou publicamente a proposta de solução rodoviária da IP para a modernização e melhoria de capacidade do atual IP3.

O IP3 tem 72 quilómetros de extensão e faz a ligação entre Coimbra e Viseu. É um importante eixo de ligação no interior do país e um trajeto essencial no transporte de mercadorias para exportação das indústrias da zona centro e um factor de discriminação positiva fundamental para a atracção de investimento para o nosso concelho.

Recentemente, tem vindo a público através dos órgãos de comunicação social, que o actual governo Socialista, PCP, BE, Verdes, manifesta vontade de colocar o projecto na "gaveta".

O que gostaríamos de ver esclarecido nesta assembleia é o seguinte:

- Confirma ou desmente estas notícias?
- Qual o ponto de situação deste projecto de vital importância para SCDão?
- Caso de confirme a posição do governo de retroceder também neste processo, qual a posição do Sr. Presidente relativamente a esta matéria e que diligências esta a providenciar e com que entidades, no sentido de tentar demover a tutela sobre um eventual retrocesso deste projecto?

• **RADIOTERAPIA PARA VISEU, OUTRA VEZ UMA MIRAGEM?**

A VISITA DO Sr. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE AO HOSPITAL SÃO TEOTÓNIO DEIXOU MAIS INCERTEZAS SOBRE A INSTALAÇÃO EM VISEU DO SERVIÇO DE RADIOTERAPIA. SEM SE COMPROMETER, ESTE GOVERNANTE APENAS REFERIU QUE ESTÁ A SER ESTUDADA A INSTALAÇÃO DE UM SERVIÇO QUE SIRVA TODA A BEIRA INTERIOR.

Embora Viseu há muito reclame uma unidade de radioterapia para o Centro Hospitalar Tondela Viseu, o secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, não deixou grandes esperanças nas cerimónias oficiais do Hospital São Teotónio de Viseu. Na altura, alertou que a instalação de um serviço de radioterapia na região, abrangerá os distritos da Guarda, Viseu e Castelo Branco, mas que passará por ser criada esta valência de radioterapia na Beira Interior e não no Centro Hospitalar Tondela-Viseu ou em um Hospital Privado como foi equacionado pelo anterior governo.

Estando conscientes, da importância que esta valência pode ter para a nossa região, o que gostaríamos de ver esclarecido nesta assembleia é o seguinte:

- Confirma que existe uma forte possibilidade de este governo alojar este serviço em Castelo Branco?
- Caso se confirme a posição do governo actual, qual a posição do Sr. Presidente relativamente a esta matéria e que diligências esta a providenciar e com que entidades, no sentido de tentar demover a tutela sobre um eventual implantação deste serviço fora do nosso distrito?

Muito obrigado pela vossa atenção

Santa Comba Dão, 27 de Fevereiro de 2016

Pelo Grupo Parlamentar,

---

Marco Varela



**Santa Comba Dão**  
**Assembleia Municipal**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores Membros da Assembleia Municipal

Estimado Público

Comunicação Social

### **Processo do cálculo das rendas de habitação social**

Na actividade do Município, na secção de *Habitação Social* da Área Funcional da Acção Social, consta:

- *“Conclusão do processo do cálculo das rendas de todas as habitações sociais, com vista à actualização das mesmas ...”.*

Concomitantemente o *Jornal do Centro* do dia 12 de Fevereiro noticiava:

- *“Rendas apoiadas aumentam mais do dobro e provocam protestos nos bairros sociais.*

*Residentes dos bairros sociais, e de outras habitações com renda apoiada estão descontentes com os aumentos impostos pela Câmara de Santa Comba Dão. Dizem que se sentem assaltados face aos parcos rendimentos que auferem por mês”*

Dada a escassez da informação presente na Actividade no Município e também a importância do assunto, peço ao Sr. Presidente de Câmara Municipal, que esclareça com detalhe, os acontecimentos relatados pelo **Jornal do Centro**, nomeadamente:

- Qual a origem de tais aumentos ?
- Que metodologia foi usada para o cálculo das rendas ?
- Qual o ponto da situação ? Como foi ou será resolvida ?

### **Plano de Intervenção no Bairro do Fomento**

No dia 18 de Abril de 2014 o *Jornal do Centro* publicou um artigo com o título “*Bairro da Morte*”. Referia-se, ao Bairro do Fomento, também conhecido como “Bairro Cajarana”, e à sua cobertura de placas de fibrocimento que incluem na sua constituição amianto, uma substância reconhecidamente cancerígena. Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara:

- Qual o plano de intervenção para o referido Bairro do Fomento ?
- Qual a sua calendarização ?

Santa Comba Dão, 27 de Fevereiro de 2016

Pelo Grupo Parlamentar,

---

Luís Pereira